



RIO DE JANEIRO

Caixas eletrônicos nas agências devem ganhar biombos para aumentar privacidade



A Alerj aprovou um projeto que prevê a instalação de novos equipamentos de privacidade nas agências bancárias do estado Foto: Márcia Foletto

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta terça-feira (dia 17), alterações na Lei 4.758/2006 — que determina a instalação de dispositivos de privacidade entre os caixas eletrônicos das agências bancárias. O objetivo é aumentar a segurança dos clientes das instituições financeiras do estado. A proposta prevê a colocação de biombos com altura de 1,20m e largura de 0,70m,

acoplados nas laterais de cada terminal.

No caso dos caixas comuns, as agências deverão instalar placas com separação de acordo com a altura e a largura de cada ponto de atendimento, de modo a respeitar a privacidade de todos os clientes. Os bancos terão um ano para se adequar à nova norma.

O texto seguirá, agora, para o governador Wilson Witzel, que terá até 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta. O deputado estadual Dionísio Lins (PP), autor do projeto, afirma que o modelo pode contribuir para aumentar a segurança nas agências:

— As agências bancárias poderão seguir um modelo para tentar coibir ações de transeuntes que marcam clientes para realizarem furtos e roubos — justificou o parlamentar.

Jornal: Extra

VIGILANTES EX-PROTECTOR/ PROCESSOS COM PRECATÓRIO: SÁBADO, 21, TODOS NO SINDICATO



Os colegas ex-Protector, cujos processos encontram-se em Precatório e foram relacionados no Notícias Sindvigilantes da última terça-feira, devem comparecer ao Sindicato no próximo sábado, 21, às 08h30.

Vamostratar, esclarecer sobre a situação dos Precatórios, eventual interesse num acordo e colher manifestação formal (escrita e individual) de cada um.

É um momento importante da nossa luta por justiça.

Lembramos que, neste momento, somente os colegas dos processos

em situação de Precatório e com os nomes divulgados. Os processos em outras situações serão tratados no seu momento próprio.

Pedimos a todos que levem original e uma cópia do RG.

É luta. É Sindicato que cuida e defende do vigilante.

DIA 21/9 – SABADO

HORA: 08H30

LOCAL: SEDE DO SINDVIGILANTES/BA

R. DO GRAVATÁ, 23 - NAZARÉ

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Joalheria deve ressarcir segurança por gastos com uso obrigatório de terno

A exigência foi considerada razoável, mas o custo não é proporcional ao salário



A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a H. Stern Comércio e Indústria S.A. a pagar R\$ 500 por ano de serviço prestado por um segurança em razão da exigência do uso de terno e gravata durante a jornada de trabalho. De acordo com os ministros, a exigência é razoável, mas o valor da vestimenta é desproporcional ao salário do empregado.

Traje social

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) havia negado o pedido de reparação, por entender que o fato de a empresa exigir que o empregado use traje social, sem qualquer padronização que o vincule ao empregador, não assegura o direito a receber o valor da roupa. Segundo o TRT, o terno é traje de uso comum na sociedade e não tem necessariamente valor elevado, diante da variedade e oferta no mercado.

Dress code

No exame do recurso de revista do empregado, o relator, ministro Cláudio Brandão, afirmou que o estabelecimento de dress code, ou código de vestimenta, se insere no poder diretivo do empregador de conduzir sua atividade da forma que melhor lhe agrada. “O direito, contudo, deve ser exercido em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e em respeito à dignidade do empregado”, assinalou.

Para o ministro, a exigência é razoável, por ser comum o uso de terno por profissionais de segurança, especialmente no ambiente de joalheria de luxo. “Por outro lado, ao contrário do decidido pelo Tribunal Regional, ainda que o traje social seja composto de roupas de uso comum, com grande variedade de oferta no mercado, não se trata de indumentária indispensável, utilizada no dia a dia pela maioria dos trabalhadores”, observou. “Ao contrário, hoje, constitui exceção à regra, restrito aos ambientes formais e de negócios, e até mesmo nestes tem sido relativizado”.

Desproporção

No caso do segurança, o relator considerou desproporcional o custo da vestimenta e o salário recebido por ele (R\$ 1,6 mil), levando em conta, ainda, a necessidade de ter mais de um terno. “A exigência de terno e gravata para advogados em escritórios de advocacia, ou para executivos em grandes empresas, por exemplo, é diferente da mesma determinação para trabalhadores de outros ramos”, ponderou. Processo: ARR-1328-76.2012.5.04.0011

Fonte: TST

Trabalhadores estarão nas ruas no dia 20 por direitos e por aposentadoria

Classe trabalhadora vai participar das mobilizações de sexta-feira no Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência e também de manifestações em defesa do meio ambiente



Diversas categorias de vários estados estão mobilizados para os atos e paralisações na próxima sexta-feira (20), chamados pela CUT e demais centrais, pela Coalização pelo Clima e pelos movimentos sociais das frentes Brasil Popular e Povo

Sem Medo. Todos juntos em defesa do clima, dos direitos sociais, trabalhistas e pela educação que vêm sendo atacados pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Além de queimar as florestas brasileiras e abrir caminhos para o desmatamento

desenfreado, Bolsonaro está “queimando” direitos sociais e trabalhistas e destruindo o Brasil, diz o Secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre, ao convocar todos os trabalhadores e trabalhadoras a participarem do Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência nesta sexta-feira. Também fazer nos somar aos atos da Coalização pelo Clima em defesa do meio ambiente que ocorre no mesmo dia em todo o mundo.

Todo dia é anunciado um retrocesso, um ataque aos trabalhadores e a toda a sociedade, prossegue o dirigente.

“Esta semana ficamos sabendo que o governo estuda congelar o Salário Mínimo e que liberou mais de 63 tipos de agrotóxicos. Nos primeiros dias da gestão, Bolsonaro encaminhou ao Congresso a reforma da Previdência que acaba com o sonho da aposentadoria de milhões de trabalhadores. A lista de ataques é enorme e não para de crescer. Motivos não faltam para ir às ruas,” diz Sérgio.

“Os grupos econômicos que destroem a Amazônia são os mesmos que apoiam o fim da aposentadoria, da educação pública, dos serviços públicos e que buscam lucrar em cima da privatização dos nossos direitos”, acrescenta o secretário do Meio Ambiente da CUT, Daniel Gaio.

“As lutas não estão separadas umas das outras porque os interesses do capital se encontram muito bem alinhados quando se trata de apropriar de direitos conquistados, por isso a importância de estarmos juntos nessa sexta contra essa agenda de destruição”, ressalta Gaio.

Atos no Brasil

São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Brasília, Bahia e Ceará já têm locais e horários confirmados [veja no site www.cut.org.br]. No Rio Grande do Sul o ato da classe trabalhadora será no dia 24.

Categorias organizadas

Metalúrgicos, trabalhadores e trabalhadoras da educação e servidores públicos estão mobilizados para o Dia Nacional de Paralisações e Manifestações em Defesa do Meio Ambiente, Direitos, Educação, Emprego e Contra a Reforma da Previdência. Os petroleiros e os bancários irão se somar nos atos das capitais.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem uma agenda de assembleias para consultar os trabalhadores sobre a paralisação. As empresas Fledlaz, de Ribeirão Pires, e a Delga, em Diadema, aprovaram cruzar os braços na manhã do dia 20, como orientou a CUT.

Os trabalhadores e as trabalhadoras da educação, tanto da básica, ligados a CNTE, quanto das universidades ligados a APUB e a FASUBRA, estão mobilizados para a paralisação nas escolas de manhã e vão se somar a tarde aos atos de ruas das capitais com a Greve Global Pelo Clima.

Os servidores públicos ligados à CUT, tanto federais, municipais e estaduais, também vão aderir a paralisação e estarão nas ruas no dia 20.

Fonte: CUT

PEC paralela volta para a CCJ para análise de emendas

O senador Paulo Paim voltou a criticar pontos da reforma presentes nos dois textos, como o aumento do tempo mínimo e do tempo total de contribuição e a mudança no cálculo dos benefícios



A PEC paralela da reforma da Previdência (PEC 133/2019) passou, nesta quarta-feira (18), pela quinta e última sessão de discussão em primeiro turno no Plenário do Senado. Assim como o texto principal (PEC 6/2019), a PEC paralela seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a análise das emendas, que já somam 168.

A PEC 6/2019 contém novas regras para o acesso a aposentadoria e pensões, para o cálculo do benefício e para as alíquotas de contribuição. Também contém regras de transição para trabalhadores em atividade. Outras mudanças foram compiladas na PEC paralela, desmembrada do primeiro texto. Entre os dispositivos, estão a inclusão de estados e municípios, a previsão de novas

receitas para a Previdência e, ainda, uma revisão das intervenções da PEC original sobre benefícios assistenciais.

A PEC paralela também prevê a reabertura, por mais seis meses, do prazo para que servidores públicos deixem o regime próprio de Previdência e migrem para o INSS e um sistema complementar. Quem fizer a opção ganhará um adicional que leva em conta o que já contribuiu para o regime próprio de serviço público, o Benefício Especial.

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a criticar pontos da reforma presentes nos dois textos, entre eles, o aumento do tempo mínimo e do tempo total de contribuição e a mudança no cálculo dos benefícios. Atualmente, o benefício é calculado sem levar em conta as menores contribuições que somem 20% todo total. Com as mudanças, em vez da média das 80% maiores contribuições, o cálculo será feito com base em todas elas, o que, de acordo com o senador, pode reduzir muito o valor do benefício.

O senador Paulo Paim criticou também as mudanças previstas no texto principal com relação à aposentadoria por invalidez. De acordo com o senador, se o texto for aprovado como está, trabalhadores que ficarem incapacitados para o trabalho poderão perder 40% dos benefícios na

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

época em que mais precisarão dele.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) criticou as mudanças no abono salarial que, no seu entendimento, nem deveriam estar no texto, já que os recursos vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para ela, a colocação dessa parte do texto foi “um jeitinho” que pode ser derrubado com a votação de destaques em Plenário.

Paim disse acreditar que a reforma será aprovada, mas prometeu brigar pela supressão de pontos do texto principal. A supressão de partes do texto não obriga a PEC a voltar para a análise da Câmara.

—Na votação do texto principal, a tendência é aprovar, mas teremos um bom debate no mínimo em dez destaques, e nesses dez destaques eu estou esperançoso de que os prejuízos que são mais preocupantes, mais truculentos contra o interesse do povo brasileiro, nós podemos suprimir — afirmou o senador.

A leitura do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à PEC principal está marcada para quinta-feira (19), a partir das 10 horas, na CCJ.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF